



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

MEMÓRIA DA REUNIÃO

DADOS OFICIAIS DE COMPROMISSO

Pauta: Reunião Extraordinária da Câmara Temática de Turismo Social

Data: 16/09/2026

Hora: 15:00 – 16:19 (Horário de Brasília)

Local: Reunião Microsoft Teams

Tipo: () Presencial (X) Vídeo conferência () Híbrido

PARTICIPANTES

Participantes do MTur

Nome	Órgão	Email
Tatiana Oliveira	Ministério do Turismo	tatiana.oliveira@turismo.gov.br
Jacqueline Lemes	Ministério do Turismo	jacqueline.lemes@turismo.gov.br
Isabella Brito	Ministério do Turismo	isabella.biato@turismo.gov.br
Ingrid Weber	Ministério do Turismo	ingrid.weber@turismo.gov.br
Emanuella	Ministério do Turismo	emanuella.brito@turismo.gov.br
Lindalva Barbosa	Ministério do Turismo	lindalva.barbosa@turismo.gov.br

Participantes Externos

Nome	Órgão	Email
Vera Leda	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH)	
Mônica Costa	Confederação Nacional dos Municípios (CNM)	
Iêda Borges	Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade (ABCMI)	
Alex de Deus	Federação Brasileira de Hostels – FBAH	
Alexandre Reis	Associação Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo (ANSEDTUR)	
Mario Nascimento	Confederação Nacional dos Municípios (CNM)	
Maria José	Rede Brasileira de Observatórios de Turismo (RBOT)	
Roberta Miranda	Sesc Nacional	



DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

Tatiana Oliveira (Mtur) – Deu início a reunião e saudou os participantes, começou a reunião informando aos integrantes que a reunião foi convocada para a pauta de trabalho, com o objetivo de conversar sobre o documento colocado para consulta da Câmara. informou que foram recebidas duas sugestões antes do início da reunião. Em seguida, relatou que o Ministério e toda a equipe realizaram uma revisão e pesquisa sobre o texto, apresentando algumas considerações a serem discutidas, considerando que o grupo é formado por pessoas que acompanham o tema há algum tempo e são fundadores da Câmara Temática.

Na sequência, destacou a necessidade de ouvir o grupo e tirar dúvidas para definir o formato do documento e alinhar alguns aspectos identificados pela equipe.

Vera Leda (Contratuh) – Questionou se, no preâmbulo do documento, serão mantidos os nomes dos precursores e fundadores ou se haverá alguma correção em função das alterações ocorridas até o momento.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Explicou que um dos aspectos a serem levantados era a autoria do documento. Informou que a primeira versão foi fruto de um trabalho realizado pela Câmara Temática em 2019 e, nesse sentido, considerou possível atualizar o documento como parte do novo mandato e da nova gestão, inclusive informando os nomes dos membros atuais da Câmara.

Ressaltou, ainda, que a apresentação da primeira versão havia sido feita pelo ministro Marcelo Alves e que, atualmente, não seria possível que o ministro Gustavo realizasse essa apresentação. Assim, sugeriu que a própria Câmara Temática fizesse a apresentação, o que daria legitimidade ao espaço responsável pela revisão.

Por fim, destacou que a autoria do documento precisava ser definida, considerando que a questão envolve direitos autorais, sendo necessário ter cuidado em relação a isso. Em seguida, perguntou a Vera se ela tinha essa informação.

Vera Leda (Contratuh) – Sugeriu que, no preâmbulo, fosse colocado que o documento é de autoria dessa equipe e que, em seguida, fosse dado encaminhamento à proposta apresentada, elencando os nomes dos atuais executores. Sugeriu também enfatizar a questão do nome do Presidente da República, que consta em 2016, e do atual ministro.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Sugeriu atualizar a ficha catalográfica com os respectivos nomes e cargos, incluindo a composição atual. Na apresentação, destacou a



necessidade de verificar alguns aspectos, como os órgãos oficiais de turismo e se foram ouvidos ou faziam parte da Câmara à época.

Em seguida, questionou a classificação das entidades apresentadas como “colaboração”, considerando a possibilidade de o documento ter sido consultado ou enviado para outros órgãos, como o Serviço Social do Comércio (Sesc), e se este entraria como colaboração ou como membro da Câmara, já que faz parte dela.

Vera Leda (Contratuh) – Sugeriu que a ficha técnica fosse mantida, mas com o título indicando que a proposta foi fundamentada ou lançada em período anterior por toda a equipe. Em seguida, sugeriu incluir a Câmara Temática em 2016, com o nome do Presidente da República e os integrantes atuais.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Questionou se seria interessante encaminhar o documento para que outras áreas que contribuíram para o primeiro texto também pudessem contribuir para a versão atualizada, citando, como exemplo, a área de produtos turísticos.

Em seguida, perguntou ao grupo se esses órgãos oficiais, a Secretaria de Turismo e a ANSEEDITUR, que representa formalmente o Conselho, deveriam ser ouvidos ou se a autoria deveria ser assumida somente pela Câmara Temática.

Vera Leda (Contratuh) – Sugeriu manter a identificação de todos que contribuíram para a elaboração do trabalho, valorizando a participação da equipe anterior e dos atuais membros e entidades. Propôs inserir essa identificação antes do sumário, registrando os participantes envolvidos na elaboração e execução do trabalho.

Maria José (RBOT) – Sugeriu adotar, para a atualização do documento, a identificação de que a versão original foi elaborada pela ficha técnica e posteriormente adaptada ou atualizada pelos membros atuais, seguindo prática já utilizada em outros documentos do Ministério e na academia.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Concordou com a proposta de atualização dos créditos e informou que o documento será encaminhado aos parceiros que participaram da primeira versão, para que possam contribuir com o texto atualizado. Em seguida, compartilhou o arquivo com as sugestões já recebidas.

Alexandre Reis (ANSEEDITUR) – Saudou os participantes e se apresentou como secretário de Cultura e Turismo de Salvador, propôs incluir no documento uma reflexão sobre o desenvolvimento do turismo para além de indicadores como fluxo de visitantes, ocupação hoteleira, receita e geração de empregos. Sugeriu considerar quem participa e se beneficia do crescimento da atividade e seus impactos no território, estabelecendo uma conexão com os princípios ESG,



especialmente nos aspectos ambiental, social e de governança, com o objetivo de contribuir para a definição de indicadores e a mensuração de resultados.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Afirmou que a perspectiva apresentada foi compreendida e mencionou que o documento já fazia referência a indicadores e dados, mas que não foi possível atualizá-los. Destacou a dificuldade de identificar indicadores específicos de turismo social, considerando que existem indicadores relacionados a gênero, sustentabilidade e acessibilidade, que dialogam com o tema, mas não são exclusivos do turismo social. Questionou os participantes sobre como esse aspecto é abordado em pesquisas e estudos sobre turismo social. Explicou que a equipe identificou a necessidade de abordar os indicadores, mas não encontrou uma solução, e solicitou aos participantes sugestões sobre como tratar a questão no documento.

Alexandre Reis (ANSEEDITUR) – Sugeriu considerar indicadores relacionados à acessibilidade, inclusão e diversidade, geração de trabalho e renda, fortalecimento das comunidades locais, pequenos empreendedores e democratização do acesso ao turismo, de modo a mensurar esses aspectos.

Maria José (RBOT) – Parabenzou Alexandre pela proposta e destacou que o turismo social, a exemplo do trabalho realizado pelo Sesc, também envolve ações de educação ambiental. Ressaltou a importância da mensuração, mas ponderou que os impactos do turismo social podem ser mais qualitativos do que quantitativos, citando como exemplo as transformações pessoais vivenciadas pelos participantes dos programas.

Alexandre Reis (ANSEEDITUR) – Sugeriu considerar, no âmbito do turismo social, aspectos relacionados à economia criativa e aos atores que atuam nesse setor. Reconheceu a complexidade da definição de indicadores e propôs compartilhar no grupo uma linha de raciocínio que possa contribuir para o desenvolvimento futuro do tema.

Jacqueline (Mtur) – Explicou que a equipe discutiu as relações entre turismo social e turismo responsável, considerando os pontos de convergência entre os temas. Destacou a necessidade de contribuições mais conceituais sobre turismo social e questionou os participantes sobre a atualização do documento, especialmente quanto aos conceitos e diretrizes, considerando as mudanças ocorridas entre 2019 e 2026.

Vera Leda (Contratuh) – Sugeriu envolver o setor de receptivo na coleta de informações sobre os resultados do turismo social, por meio de um formulário aplicado aos usuários na entrada e na saída, abordando expectativas, resultados e



sugestões de melhoria. Propôs também a participação de credenciados ligados à economia criativa, com as informações compiladas por um departamento do Ministério, de forma a contribuir para a mensuração dos resultados.

Maria José (RBOT) – Destacou o Sesc como referência nos estudos sobre o conceito de turismo social no Brasil e mencionou Marcelo Vilela, da USP, como estudioso do tema. Sugeriu considerar o conceito da Organização Mundial de Turismo Social ou reunir diferentes referências para que a Câmara Temática possa definir sua abordagem conceitual. Ressaltou que essa definição demanda debate, considerando que o conceito de turismo social não é estático e acompanha a evolução da sociedade e dos direitos dos cidadãos, propondo que seja realizada uma discussão específica sobre o tema.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Considerou a proposta pertinente e sugeriu aprofundar a discussão conceitual, destacando que, a partir da definição do conceito, seria possível identificar indicadores para serem trabalhados posteriormente.

Alex de Deus (FBAJ) – Sugeriu verificar a disponibilidade de dados da FNRH para identificar o público idoso e avaliar a possibilidade de cruzamento com dados do CadÚnico, de modo a obter informações sobre a população de baixa renda e contribuir para a definição de indicadores.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Considerou pertinente a sugestão de buscar os dados e explicou que a atualização do documento exigirá a revisão de alguns indicadores, cuja origem e metodologia não foram identificadas. Propôs realizar uma reunião específica para discutir o conceito de turismo social e, a partir dessa definição, revisar os indicadores, as ODS relacionadas e as ações do Ministério no período. Informou ainda que será reaberto o prazo para contribuições da Câmara e de outras entidades e sugeriu agendar uma reunião conceitual, solicitando aos participantes a indicação de dois ou três nomes para contribuir com a discussão.

Alex de Deus (FBAJ) – Considerou pertinente a sugestão de Maria José, destacando o papel do Sesc no tema. Questionou ainda como a questão da LGBT seria considerada na definição e quantificação dos indicadores.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Destacou que a discussão sobre os públicos vulnerabilizados, incluindo gênero, pessoas com deficiência e população LGBT, poderá ser aprofundada a partir da definição conceitual. Ressaltou que os demais encaminhamentos devem ser desdobrados a partir dessa discussão, evitando iniciar pelos indicadores e demais aspectos antes de estabelecer o conceito de turismo social.



Maria José (RBOT) – Colocou-se à disposição para contribuir com a discussão conceitual e sugeriu a participação de Alex de Deus, representante da Hostel International no Brasil, além de Marcelo Vilela e Angela Terbega, pesquisadores do tema. Destacou também a importância da participação do Sesc, considerando sua atuação histórica com turismo social.

Ressaltou que a discussão deve considerar aspectos qualitativos da inclusão, além da mensuração quantitativa, e sugeriu a participação de representantes de diferentes públicos, incluindo pessoas com deficiência. Destacou ainda que o documento não precisa esgotar todos os temas relacionados ao turismo social, podendo contemplar diferentes segmentos e grupos que enfrentam exclusão social.

Alex de Deus (FBAJ) – Concordou que a discussão deve partir primeiro do conceito de turismo social e destacou a importância da participação de Marcelo Vilela. Sugeriu ainda convidar representantes da área de estatística de universidades, como USP ou UnB, e do IBGE, para contribuir posteriormente com a definição dos aspectos quantitativos.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Sugeriu realizar dois ou mais encontros para aprofundar a discussão, considerando a quantidade de nomes e entidades indicados. Propôs agendar uma primeira sessão para o início de outubro e convidar os participantes para verificar a disponibilidade. Sugeriu ainda organizar os encontros em painéis, inicialmente com Marcelo Vilela e outros especialistas e, posteriormente, com representantes de diferentes segmentos.

Maria José (RBOT) – Sugeriu a participação de Roberta Barreto Miranda na discussão, destacando a atuação do Sesc no tema, ou, caso não fosse possível, a indicação de outro representante da instituição. Mencionou ainda o professor Luiz Otávio, atualmente na USP, que atuava como diretor do Sesc e teve participação em sua aproximação com o turismo social.

Roberta Miranda (Sesc) – Informou que o Sesc Nacional estará representado na discussão e destacou a possibilidade de contar com contatos e parcerias já estabelecidos. Mencionou a participação da diretora da Organização Internacional de Turismo Social, Verônica Gomes, em evento em Brasília, com possibilidade de diálogo com a Câmara, além da parceria com a UnB e da participação de Marcelo Vilela em atividades relacionadas ao turismo social. Reforçou, por fim, a importância da atualização do documento.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Propôs realizar, em paralelo, a reabertura do prazo para contribuições dos membros da Câmara e a consulta aos novos representantes dos



segmentos identificados. Destacou a necessidade de agilizar as discussões, considerando a intenção de concluir o material ainda este ano e a possibilidade de renovação das Câmaras Temáticas do Conselho Nacional de Turismo. Sugeriu consultar o grupo sobre as datas e verificar a disponibilidade de Verônica Gomes para definir uma primeira reunião.

Maria José (RBOT) – Informou que Alex de Deus havia encaminhado um documento com uma contribuição da Hostel International e sugeriu sua inclusão no grupo, mencionando que também havia compartilhado o contato telefônico dele.

Alex de Deus (FBAJ) – Informou que o documento encaminhado aborda principalmente a vertente do turismo da juventude e do turismo social, com foco na organização de viagens, intercâmbio cultural e aproveitamento da baixa temporada.

Ingrid (Mtur) – Apresentou-se como nova integrante do Ministério do Turismo e informou que vem acompanhando as discussões no grupo da Câmara Temática de Turismo Social. Relatou que, ao conhecer o documento, considerou-o claro e consistente, destacando a abordagem do conceito, sua origem e evolução, os princípios, as ações desenvolvidas pelo Ministério do Turismo, a linha do tempo, que necessita de atualização, e as diretrizes apresentadas na parte final. Questionou sobre o objetivo da atualização do documento, demonstrando preocupação em preservar seu conteúdo e evitar alterações que possam descaracterizá-lo. Esclareceu que a atualização envolve a revisão do conceito de 2019, caso sejam identificadas mudanças até 2026, além da atualização da linha do tempo, dos dados numéricos, das ODS e das diretrizes. Explicou ainda que a Coordenação identificou ações desenvolvidas atualmente que dialogam com as diretrizes do documento, embora sejam tratadas como turismo responsável e turismo acessível.

Roberta Miranda (Sesc) – Explicou que a atualização das diretrizes de desenvolvimento do turismo social surgiu a partir de uma demanda de Ana Paula, da CNC, e destacou que o documento permanece consistente, sendo necessário atualizar alguns marcos e informações. Sugeriu que as contribuições da Câmara sejam reunidas e posteriormente revisadas de forma integrada, a fim de preservar a coerência do documento. Propôs ainda, após a atualização, a realização de um evento virtual para o relançamento do documento, com a participação de Verônica Gomes, Marcelo Vilela, Ângela e outros acadêmicos e convidados. Informou que o Sesc possui uma nova política de lazer lançada neste ano e que entrou em contato com a Organização Internacional de Turismo Social para atualizar e validar o



conceito utilizado no documento, destacando a importância de manter essa consulta à organização.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Questionou se, diante das contribuições já previstas, seria necessário envolver os convidados na etapa de atualização ou se sua participação poderia ocorrer posteriormente, no lançamento do documento. **Roberta Miranda (Sesc)** – Considerou que as atualizações são pontuais e que as contribuições poderiam ser compiladas pela própria Câmara.

Maria José (RBOT) – Relatou sua experiência em atualizações do Plano Nacional do Turismo, nas quais as contribuições eram organizadas e inseridas no documento por uma equipe do Ministério. Sugeriu que Ingrid pudesse coordenar esse processo e que, durante o novo período de contribuições, fosse solicitada a participação de Marcelo Vilela, como pesquisador do tema, especialmente na revisão conceitual. Destacou ainda a necessidade de avaliar a terminologia utilizada no documento, inclusive quanto à definição de segmentos ou tipologias do turismo social, buscando manter uma linguagem adequada e alinhada aos conceitos utilizados na área.

Roberta Miranda (Sesc) – Sugeriu solicitar a Marcelo Vilela ou Ângela a elaboração do texto de apresentação que antecederia a mensagem do Ministro, caso o lançamento do documento ocorra ainda este ano. Ponderou que solicitar uma revisão completa do documento a Marcelo Vilela ou Ângela poderia atrasar o processo, considerando a demanda desses pesquisadores. Sugeriu, como alternativa, encaminhar uma versão já atualizada e condensada para que um deles faça a leitura e elabore o texto de apresentação do documento, diferenciando essa participação de uma revisão integral do conteúdo.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Explicou que, embora o Ministério do Turismo ofereça apoio administrativo e operacional à Câmara Temática, o documento é de responsabilidade da própria Câmara, que deve coordenar seus trabalhos conforme o regimento. Esclareceu que a atuação do Ministério consiste em auxiliar na mediação e nos aspectos operacionais, enquanto a coordenação cabe à Câmara.

Roberta Miranda (Sesc) – Sugeriu que, antes de realizar os convites aos participantes externos, fosse compartilhada a versão atualizada do documento e reaberto o prazo por mais 15 dias para o recebimento de novas contribuições. Após a consolidação das sugestões, propôs que um representante da Câmara entre em contato com Marcelo Vilela ou outros convidados para apresentar a versão atualizada e realizar o convite.



Maria José (RBOT) – Reforçou a sugestão de Ingrid organizar as contribuições em um documento diagramado, conforme experiência anterior com planos nacionais de turismo, permitindo visualizar as alterações propostas. Informou ainda que, em reunião com Giovanna, da Rede Brasileira dos Observatórios, foi apresentada a possibilidade de realizar uma pesquisa nacional sobre turismo social no Brasil, envolvendo os observatórios dos estados, caso haja prazo adequado para sua execução. Relatou que Giovanna autorizou o encaminhamento da proposta.

Jacqueline (Mtur) – Informou que haverá novo prazo para contribuições e questionou os participantes sobre a melhor forma de encaminhá-las. Relatou que algumas contribuições foram recebidas em documentos do Word e por e-mail, apesar de o documento ter sido disponibilizado por link no Drive, e destacou a necessidade de definir uma forma de consolidar as sugestões da Câmara para finalizar a atualização.

Maria José (RBOT) – Informou que não teve dificuldade com o formato disponibilizado, mas que, devido ao pouco tempo, encaminhou suas contribuições diretamente no grupo. Sugeriu que o documento fosse estruturado de forma a permitir contribuições diretamente nos trechos a serem alterados, com controle de acesso para evitar alterações indevidas. Destacou a importância de definir responsáveis pela edição e consolidação das sugestões.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Explicou que, em outras Câmaras Temáticas, foi utilizado um arquivo compartilhado para registrar as marcações e sugestões, permitindo identificar as contribuições realizadas e manter a memória do processo de revisão do documento. Destacou que, após as contribuições, é feita a consolidação da redação para validação dos participantes. Informou que, especificamente neste trabalho, a revisão tem sido realizada em parceria com o coordenador-relator da Câmara Temática, considerando que se trata de um tema técnico e que a equipe do Ministério não possui a expertise necessária para assumir a elaboração do conteúdo. Ressaltou que, apesar de contar com turismólogos na equipe, não seria adequado assumir a autoria do documento, pois o trabalho pertence à Câmara. Sugeriu que algum membro da Câmara se disponibilizasse para consolidar as sugestões e elaborar a redação final. Como o coordenador-relator não estava presente, informou que a equipe do Ministério poderia organizar o arquivo com as sugestões já recebidas, reenviar aos participantes e compartilhar com os demais parceiros, para que posteriormente fosse definido o formato de edição e a dinâmica de consolidação do texto. Sugeriu ainda a definição de um novo prazo para revisão do documento e informou que, neste momento, não seria realizada audiência, mas sim a continuidade da revisão do texto. Questionou Maria José sobre o encaminhamento do material para Marcelo e Verônica, a fim de verificar se o



compartilhamento deveria ocorrer naquele momento ou somente após a consolidação das contribuições.

Maria José (RBOT) – Informou que, conforme a proposta apresentada por Roberta, após as contribuições da Câmara, o documento seria encaminhado para Marcelo e Ângela, para que realizassem a apresentação.

Roberta Miranda (Sesc) – Esclareceu que se tratava apenas de uma sugestão e considerou que seria mais adequado encaminhar o documento já atualizado, sem demandar que os demais participantes realizassem novas alterações, salvo caso identificassem algum ponto relevante a ser destacado.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Sugeriu a definição de uma data para a reunião, pois considerou que, caso a agenda permanecesse em aberto, haveria o risco de comprometer a entrega. Esclareceu que a reunião estaria prevista para o mês de outubro e, propôs que se pensasse em um prazo de aproximadamente duas semanas. Questionou-se, então, se a preferência seria por duas ou três semanas, apresentando no dia 7 ou no dia 14. Sugeriu-se, por fim, que se agendasse para o dia 14, de modo que se pudessem trazer contribuições mais consistentes e, inclusive, tentar incluir as novidades dos novos parceiros nessa apresentação.

Os membros concordaram.

Reforçou a realização da próxima reunião no dia 14 de outubro, às 15 horas, para apresentar os avanços da revisão do documento e novas contribuições, incluindo a possibilidade de participação de novos parceiros.

Informou ainda que, caso fosse de interesse dos participantes, poderiam ser apresentados indicadores relacionados ao turismo social, considerando a atualização conceitual em andamento.

Alex de Deus (FBAJ) – Destacou que, apesar de o documento ser completo, sua amplitude e a abordagem de diferentes temas podem dificultar a definição dos indicadores quantitativos. Sugeriu, portanto, priorizar a revisão e o aprofundamento do conceito de turismo social, buscando delimitá-lo e, especialmente, enfatizar a questão da inclusão antes de avançar para a definição dos indicadores.

Maria José (RBOT) – Destacou que a obtenção de dados quantitativos tende a ser mais fácil em meios de hospedagem, como colônias de férias e hostels, que já possuem informações sistematizadas para suas entidades nacionais. Ponderou, contudo, que iniciativas menores podem permanecer fora do levantamento devido à dificuldade de articulação e acesso aos dados. Reafirmou a proposta da Rede Brasileira de Observatórios de realizar uma pesquisa nacional sobre turismo social.



Destacou, contudo, que uma pesquisa de grande abrangência demanda um período mais longo para sua execução, estimando a necessidade de realização ao longo deste ano e do próximo.

Tatiana Oliveira (Mtur) – Destacou a dificuldade de obter dados específicos sobre turismo social e públicos vulnerabilizados, ressaltando a necessidade de desenvolver indicadores. Reforçou a importância da participação dos membros e parceiros da Câmara na mobilização e contribuição para a atualização do documento. Alex de Deus sugeriu envolver o IBGE e instituições de ensino da área de estatística na definição dos indicadores.

Reforçou a importância de mobilizar os membros e parceiros da Câmara para ampliar as contribuições e dar maior legitimidade à atualização do documento.

Maria José (RBOT) – Informou que possui o contato de Marcelo Vilela e destacou que, historicamente, os dados sobre turismo social costumam ser fornecidos pelas mesmas entidades, como HI, Sesc e sindicatos, enquanto iniciativas menores têm maior dificuldade de participar dos levantamentos. Mencionou ainda que já existem novos dados sobre pessoas com deficiência que utilizam o transporte aéreo.

Mário Nascimento (CNM) – Informou que havia ingressado recentemente na reunião e que analisaria o documento com Mônica para encaminhar eventuais sugestões à Câmara. Elogiou a elaboração do material e reforçou a importância de ampliar a participação dos integrantes e parceiros nas contribuições.

Alex de Deus (FBAJ) – Sugeriu considerar a Secretaria Nacional da Juventude como possível fonte de dados sobre a juventude, mencionando o programa ID Jovem. Informou ainda que possui contato com a Secretaria e que pode contribuir, caso necessário.

Jacqueline (Mtur) – Em encaminhamento final da reunião, informou que o documento será disponibilizado novamente, com novo prazo para contribuições, incluindo sugestões conceituais sobre turismo social. Comunicou que a próxima reunião será realizada em 14 de outubro, às 15h, e solicitou a participação dos membros no grupo, com indicações e apontamentos sobre o documento.

Ingrid (Mtur) – Informou que as contribuições já recebidas serão disponibilizadas no documento e orientou que as novas sugestões sejam inseridas em formato de comentários, sem alterar o texto original neste primeiro momento. Explicou que o arquivo será compartilhado por meio de link do Drive e encaminhado também por e-mail, para que todos possam visualizar as contribuições e, posteriormente, realizar a consolidação do conteúdo.



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada.